

FONTE :

JB

DATA : 18 11 91

CLASS. :

91

Pg. : 9

Amazônia e soberania

Antes de mais nada, é necessário insistir, mais uma vez, que a questão da Amazônia não será abordada em 1992, embora em muitos casos os problemas a elas vinculados estarão no subconsciente dos presentes. No tocante às duas grandes convenções que estão sendo negociadas, sobre mudanças climatológicas e sobre a biodiversidade, a Amazônia será sempre a principal fonte de inspiração. A convenção sobre florestas está descartada por enquanto, o que não impedirá a adoção de uma resolução a respeito e aqui também a Amazônia é o principal alvo.

Embora as principais agressões ao meio ambiente sejam outras, como a chuva ácida e a degradação da camada de ozônio, a opinião pública no exterior foi devidamente indoutrinada a ver nos problemas da Amazônia o grande problema a exigir uma solução internacional urgente. No Brasil, também, a grande preocupação gira igualmente em torno da Amazônia, mas por motivos distintos: para muitos, a escolha do Brasil como sede da Conferência foi precisamente a de negociar tratados destinados a colocar a região sob uma espécie de controle internacional, ignorando o fato de o convite haver partido do Brasil. Ambos os enfoques acima mencionados carecem de fundamento.

No caso brasileiro, verifica-se que a questão amazônica é encarada sob diversos e conflitantes ângulos. Num extremo, encontramos a preocupação, existente principalmente entre as forças armadas, que sob o pretexto de proteger a

Amazônia, se buscaria justificar uma intervenção militar de natureza internacional. As declarações do Presidente Mitterrand às vésperas da Conferência de Haia de 1989, quando advogou a tese de que a soberania não deveria servir de pretexto para agressões ao meio ambiente, têm sido invocadas para justificar este receio. Por ocasião do Seminário realizado em Belém do Pará pelas classes empresariais, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia invocou as agressões contra Granada, Panamá e Coveite como exemplos, como se o Brasil pudesse ser equiparado a aqueles três países... No seminário realizado pouco depois na Escola de Comando de Estado Maior do Exército era esta a idéia básica das intervenções. Esta preocupação com a defesa da soberania também foi manifestada pelo Ministro do Exército no tocante à delimitação da reserva dos ianomâmis, o que levou o Presidente da República a pedir novo estudo da área. A decisão foi correta, mas por motivos totalmente distintos. Antes de mais nada, é um exagero reservar para aproximadamente 10.000 ianomâmis uma área de 9,4 milhões de hectares, que os transformará nos maiores latifundiários, *per capita*, do país, latifundiários num Estado para onde a maioria da população emigrou na esperança de eventualmente possuir um lote de terra, sonho este que em muitos casos não se concretizou. Em segundo lugar, parece-nos que considerações ecológicas podem ser invocadas visto que os ianomâmis, uma vez exaurida a terra pela

agricultura primitiva que praticam e reduzida pela caça a fauna existente, emigram para novas terras deixando atrás de si uma área que exigirá uns 100 anos para se refazer. Trata-se do fenômeno que vem sendo criticado com relação aos lavradores que emigraram para a Amazônia, mas que na opinião dos defensores dos ianomâmis não se aplica a eles.

A rigor, pondo de lado as posições mais exageradas, a dúvida que subsiste é a de saber se convém ou não ao Brasil assinar as convenções que estão sendo negociadas, saber se beneficiarão a Amazônia em especial e o Brasil em geral; ou se, ao contrário, os termos dos atos internacionais implicarão uma substancial perda de nossa soberania. Tudo indica que as vantagens nas convenções sobre biodiversidade e mudanças climatológicas são bem superiores aos inconvenientes, isto é desde que as condições pelas quais o Brasil vêm se batendo sejam acolhidas.

O Brasil só tem a lucrar com a adoção de medidas concretas de defesa das espécies e dos genes que poderão ser encontrados em nosso território. Mas para a sua proteção e devido aproveitamento serão necessários uma tecnologia de ponta, que só poderemos adquirir num regime de troca, bem como o repasse dos recursos financeiros substanciais. Agora que só nos Estados Unidos se registra uma média de uma patente de genes por dia, é indispensável que o patrimônio que possuímos seja colocado sob a proteção do mundo a fim de evitar que a pirataria que até agora vingava continue.

* Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva*

A decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas de realizar a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro teve a grande virtude de criar em todas as camadas da sociedade, principalmente entre os jovens, um acentuado interesse pelos problemas ecológicos. A realização de dezenas de conferências e de seminários em todo o país, com um público sempre numeroso, não pode deixar dúvidas a respeito.

No caso dos jovens sente-se que muitos buscam na defesa do meio ambiente a falta de uma bandeira política, o que explica o ardor demonstrado, geralmente virado contra as decisões do governo seja qual a posição assumida. No fundo, tanto interesse virado para uma questão transcendental representa um fenômeno positivo.

O desconhecimento quase total verificado no início, inclusive pelas ONGs, vai cedendo e nas últimas reuniões a maioria das perguntas da parte do público têm versado sobre questões previstas na resolução 44/228 da Assembléia Geral. É bem verdade que as questões locais, como sobre a Mata Atlântica, e até pessoais, como o que é que a Conferência fará em favor dos incapacitados, continuam a surgir.

Mas o mais interessante é o enfoque que alguns problemas vêm tendo e o caso da Amazônia é o que melhor ilustra este fenômeno.